



22 DE AGOSTO DE 2018

Quarta-feira

- UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA PELA INDÚSTRIA SOBE PARA 68% EM JULHO
- TEMER DIZ A EMPRESÁRIOS DO AÇO QUE É PRECISO PROTEGER INDÚSTRIA
- STF DECIDE HOJE SOBRE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA
- GM DESCUMPRE LEIS, APONTAM TRABALHADORES
- MULTINACIONAL TEM 2,3 VEZES MAIS CHANCES DE OBTER BENEFÍCIO FISCAL QUE DEMAIS EMPRESAS
- CONSTRUÇÃO CIVIL ATINGE MELHOR RESULTADO DO ANO COM 530 VAGAS
- E SOCIAL REGISTRA O INGRESSO DE 1 MILHÃO DE EMPREGADORES
- ARTIGO: PROPOSTA DE 'REFIS' DO SPC MEXE NO VESPEIRO DO SUPERENDIVIDAMENTO
- INFLAÇÃO PARA MAIS RICOS EM JULHO SUPERA META DO GOVERNO, APONTA IPEA
- CORREIOS PODERÃO EMITIR CARTEIRA PROFISSIONAL SEM CUSTO
- PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS TIRA GANHO DE SALÁRIOS EM JULHO
- APÓS GREVE, ECONOMIA VOLTA A TER RESULTADOS POSITIVOS EM JUNHO
- DÓLAR CHEGA A R\$ 4 E JÁ É ENCONTRADO POR R\$ 4,28 NAS CASAS DE CÂMBIO
- ANEEL APROVA REAJUSTE DE 24,42% NAS CONTAS DE LUZ DA ELEKTRO
- CONSUMO DE ELETRICIDADE NO BRASIL SOBE 1,8% EM AGOSTO, DIZ CCEE
- MONTADORAS ESTRANGEIRAS SE OPÕE A PLANO DE TRUMP PARA NAFTA
- BOSCH COMPRA PARTICIPAÇÃO NA CARES POWER
- VENDA DE CARROS ELETRIFICADOS DO GRUPO BMW CRESCE 40% EM SETE MESES
- VW VAI ELEVAR CAPACIDADE DE WOLFSBURG PARA 1 MILHÃO DE VEÍCULOS POR ANO
- TOYOTA VENDERÁ 40 MIL HILUX ATÉ O FIM DO ANO

- McLAREN ACELERA NO BRASIL MESMO COM DISPARIDADE DE PREÇO E RENDA
- CORREÇÃO: AMBEV TERÁ 1,6 MIL CAMINHÕES ELÉTRICOS NA DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS
- SIDERÚRGICAS VÃO AO STF CONTRA CORTE DA ALÍQUOTA DO REINTEGRA
- IABR QUESTIONARÁ REDUÇÃO DO REINTEGRA NO STF, DIZ LOPES
- IABR ESPERA RETIRADA DE SUSPENSÃO DE MEDIDAS ANTIDUMPING NO SETOR DE AÇO
- SIDERURGIA DEPOSITA ESPERANÇAS EM PETRÓLEO E INFRAESTRUTURA NO PÓS-CRISE
- WORLDSTEEL: ATUAL CAPACIDADE MUNDIAL DEVE COMPORTAR DEMANDA NO MÍNIMO ATÉ 2035
- VENDA DE AÇOS PLANOS POR DISTRIBUIDORES CAI 10,2% EM JULHO ANTE JUNHO, DIZ INDA
- GERDAU: ÚNICA SAÍDA PARA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA AMPLIAR CAPACIDADE É EXPORTAÇÃO

CÂMBIO		
EM 22/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,081	4,082
Euro	4,732	4,734

Fonte: BACEN

Utilização da capacidade instalada pela indústria sobe para 68% em julho

22/08/2018 – DGABC (publicado em 21-08-2018)



A produção nas fábricas brasileiras aumentou o ritmo de recuperação em julho, de acordo com sondagem divulgada nesta quarta-feira, 22, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em uma escala na qual valores acima dos 50 pontos significam

crescimento, o desempenho do setor alcançou 52,2 pontos, superior aos 50,8 pontos de junho.

"Estamos no início do segundo semestre do ano, quando costuma ter um aumento na atividade. Mas o resultado de julho deste ano foi mais forte do que em 2017 e melhor do que os de 2014, 2015 e 2016, quando a produção caiu por causa da crise", avaliou o economista da CNI Marcelo Azevedo, em nota.

Com maior produção, também houve redução na ociosidade do parque industrial no mês passado. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) passou de 66% em junho para 68% em julho. Esse foi o melhor resultado do índice em julho nos últimos quatro anos. Ainda assim, a UCI ficou 1 ponto porcentual abaixo da média histórica do indicador para o mês.

Da mesma forma, o índice que mede a UCI em relação ao usual para o período chegou a 44,1 pontos. Isso ainda significa que a utilização do parque industrial foi menor do que o usual para julho, mas o indicador chegou ao maior patamar desde fevereiro de 2014.

Por outro lado, depois de um forte ajuste em junho, os estoques da indústria continuaram ligeiramente acima do planejado no mês passado, com indicador em 50,8 pontos. Já o emprego na indústria continuou em retração, embora menor que a registrada em junho, com índice de 48,5 pontos no mês passado ante 48,1 pontos no mês anterior.

A sondagem também mostra melhora nas expectativas dos empresários da indústria para os próximos seis meses. Em uma escala na qual valores acima de 50 pontos significam otimismo, a intenção de investimento passou de 49,4 pontos para 51 pontos.

Já o índice de demanda passou de 56,4 pontos para 57,8 pontos em agosto. A perspectiva de compra de matéria-prima passou de 54,5 pontos para 54,8 pontos. Apenas a expectativa com relação às exportações piorou, de 55,4 pontos para 55 pontos.

Temer diz a empresários do aço que é preciso proteger indústria

22/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 21-08-2018)

Setor pressiona governo a ampliar protecionismo em meio ao acirramento de disputas globais



O presidente Michel Temer durante reunião em Roraima - Pedro Ladeira/Folhapress
O presidente Michel Temer afirmou que é preciso defender a indústria brasileira, em um evento do Instituto Aço Brasil, nesta terça-feira (21), em São Paulo.

"Sei das dificuldades [do setor de siderurgia], sei da preocupação com o protecionismo. O presidente [do Instituto Aço Brasil, Sérgio Leite] tem razão", afirmou Temer.

Antes de sua fala, executivos do instituto, que representa a indústria siderúrgica do país, ressaltaram o clima hostil de protecionismo global e a necessidade de proteger

a indústria nacional. Em outros eventos, a associação tem sido crítica à postura de abertura comercial do atual governo.

"Em todos os momentos em que falo nos organismos internacionais, eu critico o protecionismo lá fora contra a nossa indústria. Ao contrário, temos é que nos proteger em relação à nossa indústria. Esse tema precisa ser tratado com muita frequência, com o meu apoio e com meu aplauso", completou o presidente.

"Nós somos a favor do livre comércio (...), mas estamos em um mundo com viés protecionista. Precisamos cuidar do mercado brasileiro, cuidar dos empregos", afirmou Sérgio Leite, que tomou posse como presidente do Instituto Aço Brasil nesta terça.

"Temer foi muito positivo e claro (...) mas existem outras forças dentro do governo que pensam diferente do presidente", disse.

Temer ainda destacou o papel de seu governo na mediação com a gestão norte-americana de Donald Trump, que impôs tarifas de 25% a importações de aço de diversos países. Inicialmente, o Brasil estaria incluso na lista de países taxados, mas o setor conseguiu um afrouxamento das medidas: hoje as empresas estão livres da tarifa, mas estão submetidas a um limite de cotas para exportações aos EUA.

"Conseguimos reduzir o gesto inicial do presidente dos Estados Unidos, que onerava enormemente nossa indústria. Encontramos soluções para as dificuldades do setor siderúrgico", afirmou.

Em sua fala, o presidente ainda destacou uma série de medidas aprovadas durante seu governo, como a lei que impõe um teto de gastos nos gastos públicos e a reforma trabalhista.

STF decide hoje sobre terceirização irrestrita

22/08/2018 – Tribuna PR

Mesmo após um ano da lei que permitiu a terceirização irrestrita, quase 4 mil processos que questionam a contratação de empregados para as chamadas atividades-fim estão suspensos e aguardam o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, que retorna nesta quarta-feira, 22, ao plenário da Corte. Os ministros vão decidir se a Constituição permite esse tipo de contrato.

Em 2017, a alternativa foi validada pela Lei da Terceirização e reforçada na reforma trabalhista. Mesmo assim, empresas e trabalhadores continuam enfrentando decisões conflitantes na Justiça do Trabalho. De acordo com especialistas ouvidos pelo **Estadão/Broadcast**, o julgamento no STF deve servir para uniformizar a questão.

Antes, vigorava súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pela qual a contratação só era permitida para funções que não fossem a atividade-fim da empresa. As ações em pauta no STF são anteriores às alterações promovidas em 2017. Há 3.931 recursos parados esperando o julgamento, segundo dados do Supremo, atualizados em 13 de agosto.

"A Justiça Trabalhista é um pouco conservadora. Eu vejo a nova legislação como a redenção da nossa economia. E o STF é o balizador", observa o advogado Nelson Tomaz Braga, sócio do N. Tomaz Braga & Schuch e ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região. Para ele, o STF vai decidir pela constitucionalidade da terceirização irrestrita.

O advogado Décio Freire ressalta o potencial pacificador na decisão do STF. "O fato de o TST impedir a terceirização, a meu modo de ver, contribuiu para a insegurança jurídica."

A advogada trabalhista do escritório Braga & Moreno Consultores e Advogados, Marcia Brandão, destaca que outros aspectos da reforma trabalhista, que está em vigor desde novembro de 2017, ainda são pouco observados pela Justiça Trabalhista.

GM descumpre leis, apontam trabalhadores

22/08/2018 – DGABC



Funcionários alegam que montadora infringe legislação de cotas e estabilidade a sequelados

Funcionários da GM (General Motors) de São Caetano alegam que a empresa está infringindo leis trabalhistas. Uma delas seria a Lei de Cotas (artigo 93 da lei número 8.213/1991), que determina que empresas com 100 ou mais funcionários devem possuir entre 3% e 5% de suas vagas reservadas para pessoas com deficiência.

Entretanto, trabalhadores alegam que a montadora está “produzindo seus próprios deficientes”, ou seja, a companhia está incluindo operários sequelados no quadro de pessoas com deficiência.

Um funcionário que pediu para não ser identificado contou que possui lesões em várias partes do corpo, como nos ombros. “Mesmo com limitações, nos colocam (os restritos) em serviços pesados”, salientou. Após passar por mais de uma cirurgia, a montadora teria sugerido que ele passasse a integrar o quadro de pessoas com deficiência. “Já tinham me oferecido antes, porém, não aceitei. Desta vez (no início deste ano), prometeram que, caso eu aceitasse, eles respeitariam minhas limitações e me trocariam de setor, mas, até agora, nada”, lamentou.

Ruslan Stuchi, especialista em Direito do Trabalho da Stuchi Advogados, de São Bernardo, destaca que o objetivo da Lei de Cotas é a inclusão, e não a realocação, e que quando a empresa está reintegrando colaboradores que não saíram do quadro de funcionários, a legislação deixa de ser cumprida. “Quando a empresa demite uma pessoa com deficiência, a substituição deve ser feita por outro deficiente, porém, que venha de fora da companhia.”

Com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro, a cláusula 42, que garantia estabilidade aos sequelados até a aposentadoria, foi retirada dos contratos de trabalho. Desde então, passou a ser de apenas um ano. E, mesmo assim, a GM não estaria cumprindo com o novo acordo. Ao todo, segundo os operários, houve cerca de dez dispensas irregulares.

“Tínhamos uma colega que entrou na empresa em novembro e acabou desenvolvendo lesão na coluna e no ombro e foi demitida no começo do ano. A GM está mandando embora antes que as pessoas tenham tempo de comprovar que a doença foi adquirida no trabalho”, disse outro trabalhador, que também pediu sigilo. “Um colega ficou afastado por uma semana, pois estava com a coluna travada. Quando voltou ao trabalho, na semana passada, foi demitido. Dizemos até que ninguém pode ir ao médico porque é como assinar a rescisão”, completou.

Nestes casos, Stuchi orienta que os demitidos procurem a Justiça. “Se for comprovada doença do trabalho (ou seja, redução da capacidade laboral), o profissional pode ser indenizado, além de entrar com ação de reintegração (para ser readmitido na empresa).”

TEMPORÁRIOS

Outro funcionário, que também pediu para não ser identificado, afirmou que a GM está substituindo a mão de obra de celetistas por temporários. “Desde o fim do ano passado, foram contratados cerca de 50 (trabalhadores temporários), e outros 150 estão contratados, apenas esperando a empresa chamar”, pontuou. “Para ela (a empresa) é mais vantajoso, porque eles ganham quase três vezes menos do que nós (cerca de R\$ 10 por hora), além de não terem os mesmos benefícios e poderem demití-los quando quiserem.”

Segundo Stuchi, a lei caracteriza que a mão de obra temporária deve ser recurso usado apenas em situações emergenciais, como aumento da demanda produtiva.

“Caso a montadora esteja utilizando, de fato, temporários para ‘substituir’ a mão de obra dos funcionários que dispensou, cabe ao Ministério Público do Trabalho coibir esta prática”. Vale destacar que, com a reforma trabalhista, o contrato de trabalho temporário pode ser de, no máximo, seis meses, com prorrogação de até 90 dias.

Quanto ao salário menor se comparado aos celetistas, o especialista assegura que, desde que a quantia esteja acima do piso da categoria, não há irregularidade. “Também é preciso considerar que os trabalhadores com mais tempo de casa vão acumulando benefícios e reajustes.”

Procurada, a GM não se posicionou até o fechamento desta edição. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano informou, antes mesmo de ser questionado sobre os casos específicos, que não irá comentar situações em que os funcionários não se identifiquem.

Multinacional tem 2,3 vezes mais chances de obter benefício fiscal que demais empresas

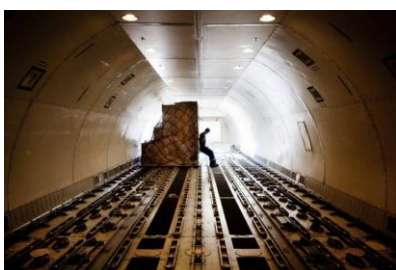
22/08/2018 – Folha de S. Paulo

Companhias transnacionais pressionam governos para melhorar o ambiente de negócios, diz estudo

A chance de uma multinacional obter incentivo fiscal é 2,3 maior que a de uma empresa nacional de mesmo setor e porte, aponta estudo do cientista político Danilo Limoeiro, pesquisador no Massachusetts Institute of Technology.

“Companhias estrangeiras fazem investimentos produtivos no Brasil para ter acesso ao mercado doméstico, e elas têm força para conseguir benesses porque sempre podem ir para outro lugar se os custos dela mudarem.”

O principal tema da tese não é a diferença de tratamento recebido por empresas de diferentes nacionalidades, mas, sim, a forma como pressionam a administração pública para melhorar o ambiente de negócios.



Avião com produtos da zona franca de Manaus - Lalo de Almeida - 15.jun.13/Folhapress

Aquelas com poder de barganha —como as multinacionais— fazem isso de maneira individualizada.

“Elas podem procurar os estados para firmar protocolos de investimento com provisões para acelerar etapas da burocracia, como licenciamento ambiental.”

O conjunto de interessados em melhorias no campo institucional para as companhias fica enfraquecido.

A consequência é que o Brasil é mal colocado em rankings de facilidade para fazer negócios: no último relatório do Banco Mundial sobre o tema, o país ficou na 125ª posição.

“O ambiente é hostil porque a administração pública tem poder para aumentar ou diminuir os custos para uma empresa operar e usa isso como moeda de troca.”

Entidades setoriais têm dificuldades em negociar avanços institucionais porque elas mesmas são fragmentadas, segundo Limoeiro.

Construção civil atinge melhor resultado do ano com 530 vagas

22/08/2018 – DGABC (publicado em 21-08-2018)



O emprego formal na construção civil começa a dar sinais de recuperação no Grande ABC, com a abertura de 530 postos de trabalho em junho. O resultado é o melhor para o setor neste ano, impulsionado principalmente pela retomada de projetos antigos por parte das construtoras e aceleração das obras públicas de infraestrutura.

Os dados do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) mostram que, entre as sete cidades, a que apresentou melhor resultado foi São Caetano, com saldo (diferença entre admissões e demissões) de 331 vagas no mês e estoque (total de empregados formais do ramo) de 11.818 trabalhadores, o maior da região, que mantém 39.772 contratados pelo setor.

Logo em seguida, aparece São Bernardo, que gerou 157 contratações no período e é a cidade com o melhor resultado para os seis primeiros meses do ano: 464 vagas.

“Algumas construtoras retomaram obras que já estavam em andamento, para não perder os prazos de aprovação. Isso tem acontecido com projetos de 2014, por exemplo, quando o mercado estava em crescimento e foi surpreendido pela forte crise.

Normalmente as empresas levam média de dois anos até planejar, regularizar terreno, efetuar pagamento, obter licenças ambientais e registros em cartórios, ou seja, até o lançamento já se tem um processo demorado.

Se a economia não está favorável, muitos lançamentos são represados e o prazo aumenta”, analisou a diretora regional do SindusCon-SP, Rosana Carnevalli. “Além disso, houve incremento nas obras públicas, que até por ser ano de eleição há maior incentivo pelo governo.”

Mesmo assim, ela pondera que ainda não há motivos para comemorar ou falar em recuperação efetiva do setor. Isso porque, mesmo com a reação dos resultados, o primeiro semestre ainda amarga saldo de fechamento de 225 vagas na região, rescaldo da crise, já que o segmento costuma ser o último a se recuperar.

Segundo o presidente da Acigabc (Associação dos Construtores, Imobiliárias e Administradoras de Condomínios do Grande ABC), Marcos Vinícius Santaguita, o mercado está se recuperando lentamente, mas só deve estar mais consistente a partir do segundo semestre do ano que vem.

“Este ano ainda é período de maturação, até porque existe a expectativa das eleições. Apesar disso, a confiança do consumidor está melhorando porque temos ambiente econômico favorável, com a taxa de juros baixa e inflação sob controle”, avaliou.

“É preciso ponderar, porém, que perdemos mais de 3.000 vagas por ano nos últimos anos (estoque era de 47.317 postos em 2014), isso porque este é setor que gera emprego rápido.”

Para Rosana, 2018 ainda será incerto e só em 2020 deverá haver crescimento de fato. “Até lá, vamos recuperar perdas”, disse.

eSocial registra o ingresso de 1 milhão de empregadores

22/08/2018 – Contabeis.com (publicado em 21-08-2018)

Em 21 de agosto de 2018 o eSocial registrou a adesão de um milhão de empresas ao sistema



O eSocial está sendo implantado desde o primeiro semestre deste ano contemplando 5 fases. No primeiro momento foi a vez das empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões anuais, que passaram a ter a utilização obrigatória do programa a partir de 8 de janeiro de 2018. Esse grupo é constituído de 13.707 mil empresas e cerca de 15 milhões de trabalhadores, o que representa aproximadamente 1/3 do total de trabalhadores do País.

A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) está disponível, desde 8 de maio, para testes aos interessados desse primeiro grupo em ambiente de produção restrita.

A partir de 27 de agosto a nova declaração, que substitui a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) como instrumento de confissão de débitos previdenciários e de terceiros, entra em produção para as primeiras 13.115 empresas, conforme disposto no art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018.

Os testes realizados nesse período permitiram que as empresas fossem se adaptando ao novo programa. Vale ressaltar que o eSocial não cria novas obrigações, mas visa simplificar e racionalizar o cumprimento das obrigações já previstas na legislação trabalhista, previdenciária e tributária.

Além disso, é importante destacar também que o sistema permite o aumento do controle e da qualidade das informações prestadas a essas instituições beneficiando inclusive os trabalhadores, na medida em que garante maior efetividade na concessão de direitos assegurados, tais como: benefícios previdenciários, FGTS, seguro desemprego e abono salarial.

Para as micro e pequenas empresas – que são aquelas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões – e Microempreendedores Individuais (MEI) a obrigatoriedade de ingressar no eSocial terá início em novembro de 2018. No entanto, os empregadores desse grupo que já tiverem interesse em ingressar no eSocial já podem ter acesso ao sistema.

É importante deixar claro que somente os MEI que possuam empregados – e que hoje totalizam um público de aproximadamente 155 mil empregadores – precisarão prestar informações ao eSocial.

Com relação às demais empresas privadas do País - que possuam faturamento anual inferior a R\$ 78 milhões – o eSocial tornou-se obrigatório em 16 de julho.

Para ajudar a esclarecer dúvidas foi disponibilizado para todos os empregadores, inclusive os domésticos, a Central de Atendimento 0800 730 0888. Esse número aceitará ligações a partir de telefones fixos e esclarecerá dúvidas operacionais, relacionadas ao envio, consulta e edição de eventos transmitidos para o eSocial, além da utilização dos módulos Web do eSocial (Web Empresas, MEI e Web Doméstico). O horário de funcionamento é de 7:00 as 19:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Obrigatório no País desde janeiro de 2018, o eSocial é a nova forma de prestação de informações do mundo do trabalho que entra em vigor no Brasil e integra a rotina de mais de 4 milhões de empregadores e 44 milhões de trabalhadores. O eSocial é um projeto conjunto do governo federal que integra Receita Federal, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica, Secretaria de Previdência e INSS.

A iniciativa permite que todas as empresas brasileiras possam realizar o cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de forma unificada e organizada, reduzindo custos, processos e tempo gastos hoje pelas empresas com essas ações. Segundo o Comitê Gestor, o foco do programa é garantir o ingresso de todo o mundo do trabalho do País no ambiente tecnológico do eSocial e, sobretudo, estimular o ambiente de negócios no Brasil.

Artigo: Proposta de 'Refis' do SPC mexe no vespeiro do superendividamento

22/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 21-08-2018)

Tão importante quanto o refinanciamento dos consumidores seria atacar motivos da explosão das dívidas

A proposta de um dos presidenciáveis de "tirar os nomes dos brasileiros do SPC", via refinanciamento de dívidas, mexe em um vespeiro: o superendividamento dos consumidores.

É uma situação que deveria preocupar a todas as autoridades, atuais e futuras, pois dificilmente a economia voltará a crescer consistentemente com mais de 40% da população adulta com dívidas atrasadas.

Não sei, sinceramente, se o (a) eleito (a) terá condições de fazer uma renegociação tão ampla, mas lembro que parlamentares mudaram o programa de refinanciamento de dívidas com a União e reduziram seus próprios débitos. Em alguns casos, para meros 5% do total!

O Refis foi criado no ano 2000 para regularização de dívidas com entidades do governo federal, como a Receita Federal e o INSS.

Tão importante quanto um possível refinanciamento dos consumidores, porém, seria atacar os motivos da explosão das dívidas. Lembro que o estímulo ao endividamento

ocorreu de cima para baixo, com a expansão do crédito nas gestões federais entre 2003 e 2010.

Crédito não é renda, mas, inicialmente, a vida parecia melhor, com a aquisição de bens e serviços antes inviáveis. O problema é que, em algum momento, o consumidor teve de pagar o dinheiro que tomou emprestado, geralmente com juros muito elevados. Para piorar, em um país que, nos últimos anos, combina aguda recessão e desemprego nas alturas.

Embora o crédito tenha minguado neste cenário, o uso de rotativo dos cartões manteve uma falsa impressão de poder aquisitivo. Ocorre que as taxas de juros dos cartões de crédito são extremamente elevadas. O valor refinanciado pelo rotativo torna-se, rapidamente, impagável.

Usar o cartão de crédito como financiamento de compras é mortal para qualquer orçamento. No máximo, deveria ser usado como dinheiro de plástico, que evita a movimentação de grandes somas em espécie. Também como auxiliar do orçamento, pois concentra despesas, discriminadas na fatura.

Lamentavelmente, até hoje não foi votado o projeto de lei que altera o Código de Defesa do Consumidor e um artigo do Estatuto do Idoso para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.

Maria Inês Dolci - Advogada especialista em direitos do consumidor, foi coordenadora da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor).

Inflação para mais ricos em julho supera meta do governo, aponta Ipea

22/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 21-08-2018)

A inflação para as famílias com renda domiciliar a partir de R\$ 9.000 atingiu 5,2%



A inflação dos 12 meses encerrados em julho para as famílias de renda mais alta no país superou a meta de 4,5% do governo, segundo apurou o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com base nos dados oficiais de inflação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo o instituto, a inflação para as famílias com renda domiciliar a partir de R\$ 9.000 atingiu 5,2%, considerado o período de 12 meses encerrados em julho.

Esse percentual é menor, por exemplo, do verificado entre famílias de renda baixa ou muito baixa, que registraram inflação de 3,5% no mesmo período.

As famílias consideradas de renda baixa ou muito baixa são aquelas com rendimento domiciliar de até R\$ 900 e de R\$ 900 a R\$ 1.350 por mês, respectivamente.

Já o IPCA (Índices de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial de inflação, foi a 4,48% em julho, considerado o período acumulado em 12 meses.

O IBGE faz um levantamento de uma cesta de consumo básica para chegar à inflação média oficial do país.

Já o Ipea analisa essa cesta de consumo médio e separa os itens mais consumidos pelas diferentes classes de renda encontrados no Brasil.

O Ipea ressalta que a aceleração da inflação geral no segundo trimestre deste ano teve impacto de questões pontuais como a paralisação dos caminhoneiros, a alta das tarifas de energia elétrica, a desvalorização do real frente ao dólar e elementos que pressionaram o preço dos alimentos, como a quebra de safra de grãos no mercado internacional e a redução das chuvas no país.

Apesar disso, a expectativa do Ipea é que a inflação acumulada em 2018 fique abaixo da meta fixada pelo o governo para o ano, de 4,5%.

O Ipea explica que as altas de alimentos (3,5% no acumulado de 2018) e energia elétrica (14,8%, no mesmo período), dois itens que têm grande impacto entre as famílias de renda mais baixa, reduzem a diferença da inflação entre as famílias mais pobres e mais ricas.

"De janeiro a julho, a taxa de crescimento dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias de renda mais baixa foi de 2,8%, ou seja, apenas 0,4 pontos percentuais menor que a registrada na faixa de maior renda (3,2%)", explica o Ipea.

Os segmentos da sociedade de renda mais elevada, segundo o Ipea, observaram impacto da alta da gasolina (11,0%), mensalidades escolares (5,5%) e planos de saúde (6,9%), itens consumidos, majoritariamente, pelas famílias mais ricas.

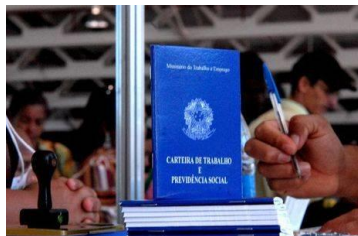
O Ipea enxerga que a inflação deve desacelerar na segunda metade deste ano. Com o fim dos aumentos da tarifa de energia elétrica e a estabilização do preço do petróleo no mercado internacional devem reduzir a pressão dos chamados preços administrados, que são aqueles cujos reajustes são definidos por governos.

Fora isso, o modesto crescimento da atividade econômica e a lenta recuperação do mercado de trabalho também poderiam atuar, segundo o Ipea, "como limitador de uma alta de preços mais significativa".

Correios poderão emitir carteira profissional sem custo

22/08/2018 – R7 (publicado em 21-08-2018)

Taxa de entrega da carteira expedida pelos Correios seria custeada pelo Ministério do Trabalho e Emprego



O Ministério do Trabalho e Emprego pretende ampliar os pontos de emissão da carteira de trabalho em todo o país, sem custos para os cidadãos. A ampliação seria possível por meio de um acordo em discussão com os Correios, que têm agências nos 5.570 municípios brasileiros.

A emissão do documento continuará gratuita. De acordo com o ministério, a taxa de entrega da carteira expedida pelos Correios seria custeada pela pasta. O custo do serviço ainda está sendo avaliado.

Em julho deste ano, foi anunciado que um acordo de cooperação técnica seria assinado entre o Ministério do Trabalho e os Correios e um projeto-piloto teria início no estado de São Paulo.

O objetivo do acordo é permitir que todos os trabalhadores brasileiros, em especial os que vivem nos municípios mais distantes dos grandes centros, tenham acesso ao documento.

A pasta informou que a expedição da carteira de trabalho continuará ocorrendo normalmente em toda a rede de atendimento como postos do Sine (Sistema Nacional de Emprego), gerências regionais e superintendências do Trabalho nos Estados.

A carteira de trabalho é obrigatória para toda pessoa prestar algum tipo de serviço, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou de natureza doméstica. Os registros das atividades do trabalhador feitos no documento garantem o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Paralisação de caminhoneiros tira ganho de salários em julho

22/08/2018 – Folha de S. Paulo

Acordos e convenções coletivos não tiveram aumento real, diz Salariômetro da Fipe

A paralisação dos caminhoneiros, no fim de maio, continua a trazer consequências para a economia. Desta vez, o impacto foi no bolso dos trabalhadores.

No mês de julho, os acordos e convenções coletivos não tiveram aumento real, apontam dados do Salariômetro da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), que foram antecipados à **Folha** e serão divulgados nesta quarta-feira (22).

O índice mediano de reajustes concedidos por negociações protocoladas em julho no Ministério do Trabalho foi de 3,5%, mesmo percentual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado em 12 meses.

Com isso, fez o aumento real ficar em zero.

Foi a primeira vez desde janeiro de 2017 que a reposição real ao trabalhador ficou zerada. No mês passado, 37,1% dos acordos ou convenções coletivos fechados ficaram abaixo da inflação, ante 4,8% em junho.

No acumulado dos últimos 12 meses, desde agosto passado, 6,9% das negociações coletivas tiveram reajustes abaixo da inflação.

Segundo Hélio Zylberstajn, professor da FEA-USP e coordenador do Salariômetro, a disparada da inflação por causa da paralisação dos caminhoneiros somada à baixa atividade econômica levaram à queda do reajuste real.

"O acumulado da inflação deu um salto, praticamente dobrou. E, com a economia parada com está, não há como as empresas darem aumento real aos trabalhadores", afirma.

Em junho, o acumulado do INPC havia ficado em 1,8%.

As negociações coletivas estabelecem regras para as relações de trabalho entre empregados e empresas.

Convenções são negociadas entre os sindicatos de trabalhadores e patronal e valem para toda a categoria.

Já acordos são estabelecidos entre a entidade de trabalhadores e uma empresa, para regulamentar necessidades específicas daquela relação com os funcionários.

Em julho, o piso salarial mediano negociado foi de R\$ 1.207, ante R\$ 1.213 do mês anterior.

Zylberstajn chama a atenção para períodos com inflações até mais altas do que o patamar atual, mas que tiveram reajuste real porque as empresas ainda conseguiam ter uma margem de negociação, apesar da crise.

Em fevereiro de 2017, por exemplo, o INPC estava acumulado em 5,4%, porém as negociações coletivas conseguiram aumento real de 1,4%.

Para o especialista, a tendência até o fim deste ano é que as negociações coletivas consigam apenas repor a inflação. Isso porque o INPC deve chegar a 4,2% em dezembro deste ano, segundo estimativa do Boletim Focus.

"A greve dos caminhoneiros fez que a inflação desse esse salto mas não é só ela que é a vilã. A alta do dólar e da energia elétrica, por exemplo, vai continuar pressionando a inflação", afirma o professor.

"Então, há uma grande probabilidade de que as negociações consigam apenas a reposição da inflação daqui até o fim do ano", diz Zylberstajn.

Após greve, economia volta a ter resultados positivos em junho

22/08/2018 – R7

Indústria, comércio e serviços cresceram em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado, revela IBGE



A economia brasileira voltou a crescer após o fim da greve dos caminhoneiros. Considerado uma prévia do PIB (Produto Interno Bruto), o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) apontou que as riquezas do país cresceram 3,29% em junho, em sinal de recuperação após a paralisação.

De acordo com dados revelados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), comércio, indústria e serviços cresceram ante o mesmo período do ano passado.

O professor de finanças públicas Roberto Bocaccio Piscitelli, da UnB (Universidade de Brasília), afirma que a análise sob o ponto de vista isolado do mês de junho "não traz grades conclusões" devido ao impacto da greve dos caminhoneiros. "Era de se esperar uma recuperação, mas isso não significa que esse processo deva persistir em massa porque há uma paralisia da economia", avalia.

Na comparação com o mesmo mês de 2017, apenas o comércio havia apresentado resultado positivo (+2,7%) em maio. Os setores de indústria e serviços despencaram 6,6% e 3,8%, respectivamente, no mês marcado pelo início da greve.

Para o coordenador de contas regionais do Ipece (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), Nicolino Trompieri, o ramo industrial tende a sofrer mais com a falta de abastecimento devido ao modelo atual de produção com pouco estoque.

“A produção caiu e foi mais afetada do que as outras atividades porque grande parte das indústrias trabalham com matéria-prima imediata e, por isso, precisa do movimento dos transportes”, analisa.

Por outro lado, Piscitelli observa o comércio como o setor “menos sensível” aos obstáculos causados pela paralisação dos caminhoneiros. “A tendência era mesmo de que o comércio sofresse menos essas variações, mas existem muitos ramos. O setor de combustíveis, por exemplo, foi muito impactado”, diz o professor da UnB.

Mesmo ainda com os efeitos da paralisação dos motoristas no começo do mês, junho já teve resultados mais animadores para os setores da economia nacional. No período, indústria, comércio e serviços cresceram, respectivamente, 3,5%, 1,5% e 0,9% ante o mesmo mês do ano passado.

Na análise mensal, os três setores tiveram desempenho negativo em maio, o que não foi revertido em junho apenas pelo comércio, que registrou queda de 0,3% no mês. Com a mesma base de comparação, a indústria saltou 13,1% e os serviços subiram 6,6%.

Para os próximos meses, Piscitelli prevê que ainda “vai demorar bastante” para a recuperação completa da economia e destaca ser melhor “aguardar mais um pouco para ver se há uma tendência de retomada” no crescimento das riquezas brasileiras.

“O quanto esse resultado vai indicar um PIB do segundo trimestre positivo, a gente vai ter que aguardar os dados oficiais a serem publicados agora no final de agosto”, completa Trompieri, que observa o resultado “puxado para baixo” devido à greve.

Dólar chega a R\$ 4 e já é encontrado por R\$ 4,28 nas casas de câmbio

22/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 21-08-2018)

Com a divulgação das pesquisas eleitorais, o dólar continua sua trajetória de alta nesta terça-feira, 21. Por volta das 14 horas, o dólar turismo já era encontrado por até R\$ 4,28 nas casas de câmbio, segundo levantamento do site MeuCâmbio.com.br.

Já o dólar comercial ultrapassou a marca dos R\$ 4 às 15h30. Às 15h55, operava a R\$ 4,0218 – maior cotação desde 19 de fevereiro de 2016, quando atingiu máxima a R\$ 4,0634 durante a sessão.

A moeda norte-americana chegou a R\$ 4 pela primeira vez na história em 2015, no dia 22 de setembro.

O patamar inédito foi atingido naquele pregão por conta do risco político no País. A preocupação com a crise fiscal brasileira dominava o mercado e a avaliação dos investidores era que o governo da então presidente, Dilma Rousseff, não seria capaz de passar ajustes no Congresso.

O dólar comercial é utilizado por empresas, bancos e governos para operações no mercado de câmbio, como transferências financeiras, exportações, importações, entre outros.

Já o dólar turismo é utilizado para viagens, transações de turismo no exterior e débitos em moeda estrangeira no cartão de crédito. Ele é mais caro pois é calculado com base no dólar comercial mais os custos das casas de câmbio com questões logísticas, administrativas e com seguro em caso de roubo, uma vez que as transações com dólar

turismo são feitas em “dinheiro vivo”. Já as transações com dólar comercial são feitas de forma eletrônica.

Assim como no câmbio, a Bolsa também enfrenta um dia difícil. As ações das companhias brasileiras negociadas na B3 seguem operando em prejuízo em relação ao último pregão e o Ibovespa, índice com os principais papéis do mercado local, opera em baixa.

Pesquisas eleitorais

O operador de câmbio e derivativos do banco Paulista Alberto Felix de Oliveira Neto diz que o cenário trazido pelas últimas pesquisas eleitorais – MDA e Ibope, nesta segunda-feira, 20 – ampara preocupações entre investidores sobre quem vai para o segundo turno na eleição presidencial. “O mercado teme o aumento das intenções de votos em Lula e o risco de transferência de votos do petista para Fernando Haddad. Bolsonaro e Haddad no segundo turno trazem grande desconforto aos investidores”, afirma.

Na segunda-feira, a moeda americana fechou a R\$ 3,9571 – a maior cotação desde 29 de fevereiro de 2016 (R\$ 3,9984). Diante da persistente valorização, investidores mostram cautela em meio à desconfiança e comentários de que o Banco Central pode intervir para conter a escalada da moeda. Em alta em sete das últimas oito sessões, o dólar acumulou ganho de 5,12% ante o real no período até a segunda-feira.

Bolsa de Valores

Principal índice de ações do País, o Ibovespa marcou sucessivas mínimas a despeito das altas de seus pares no mercado dos Estados Unidos. “A Bolsa está acompanhando o estresse do mercado que ainda reverbera o resultado das pesquisas eleitorais que mostram Bolsonaro e o PT no segundo turno. É um movimento totalmente interno”, disse Álvaro Bandeira, sócio e economista-chefe da ModalMais.

Às 16 horas, o Ibovespa perdia 1,44%, aos 75.248,66 pontos. A queda é generalizada nas ações que integram o índice. Ações preferenciais da Petrobrás e ordinárias do Banco do Brasil – termômetros eleitorais – recuavam 2,23% e 3,32%, respectivamente.

No exterior, as bolsas de Nova York avançam, com investidores na expectativa pela retomada do diálogo entre Estados Unidos e China, na quarta-feira. Os agentes também repercutem as críticas de Donald Trump à iniciativa do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de apertar a política monetária.

Em entrevista à *Reuters*, o presidente afirmou não estar “emocionado” com os aumentos de juros do Fed, sugerindo que o BC norte-americano deveria suspender a normalização de sua política, enquanto ele implementa suas políticas protecionistas.

Aneel aprova reajuste de 24,42% nas contas de luz da Elektro

22/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 21-08-2018)

Aumento pode ser aplicado a partir do dia 27 para os 2,6 milhões de clientes da distribuidora

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta quarta-feira (21) reajuste médio de 24,42% nas tarifas da Elektro Eletricidade. O reajuste entra em vigor no dia 27.

Para os consumidores residenciais, o reajuste médio autorizado pela Aneel foi de 23,20%. Já para os consumidores industriais, foi de 26,75%. A Elektro atende 2,6 milhões de unidades em 223 cidades do interior e litoral de São Paulo e cinco no Mato Grosso do Sul.

Segundo a Aneel, o que mais pesou no reajuste foram os custos associados à prestação de serviços, principalmente relacionados à aquisição da energia e o risco hidrológico, que colaboraram com 13,86 pontos percentuais do reajuste médio aprovado. A alta do dólar também impactou no reajuste. No ano passado, o aumento tarifário da companhia havia sido de 10,57%.

Além do aumento na Elektro, foi aprovado reajuste de outras quatro concessionárias. Na Cemar (Companhia Elétrica do Maranhão) a alta média será de 16,94% a partir do dia 28. A conta da Energisa Paraíba vai subir 15,73%. Em Santa Catarina foram aprovados reajustes para a Coperaliança (12,47%) e João Cesa (8,33%), que começam a valer no dia 29.

AUMENTO

Os processos de revisão e reajustes tarifários estão sendo impactados pela alteração no orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), proposta pela Aneel este mês, que prevê aumento de R\$ 1,4 bilhão em valores pagos pelas distribuidoras de energia. O custo é repassado aos consumidores por meio da conta de luz.

No caso das distribuidoras que já tiveram aumentos aprovados neste ano, o novo custo será repassado para as tarifas em 2019.

Consumo de eletricidade no Brasil sobe 1,8% em agosto, diz CCEE

22/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 21-08-2018)

Venda aos consumidores finais aumentou 0,9% na primeira quinzena

O consumo de eletricidade no Brasil registrou aumento de 1,8% na primeira quinzena de agosto na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com relatório semanal da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) nesta terça-feira.

O consumo no mercado regulado, no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras, subiu 0,9%, enquanto no mercado livre de energia, no qual as empresas compram energia diretamente dos fornecedores, houve avanço de 3,7%.

Montadoras estrangeiras se opõe a plano de Trump para Nafta

22/08/2018 – DCI (publicado em 21-08-2018)

Montadoras estrangeiras com fábricas dos Estados Unidos não apoiam o plano do presidente Donald Trump para elevar o conteúdo local em veículos fabricados na América do Norte, o grupo que representa empresas como Toyota, Volkswagen e Hyundai tem dito aos parlamentares dos EUA.

As negociações entre o ministro da Economia do México, Ildefonso Guajardo, e o representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, devem ser retomadas em Washington para tentar resolver questões bilaterais, para que o Canadá, que está afastado das conversas, possa retornar à mesa de negociações.

A posição das montadoras está em carta de 16 de agosto, do grupo "Here for America" enviada aos principais membros do Congresso. A carta pode aumentar a resistência a um renovado Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês) com parlamentares do sul dos EUA, onde montadoras estrangeiras construíram fábricas.

"Tememos que sem mais esclarecimentos, garantias e mudanças, muitas das empresas que produzem veículos em vários estados não estarão em condições de

apoiar a implementação de um Nafta 2.0", disse o grupo na carta, assinada por John Bozzella, presidente da Associação de Montadoras Globais.

Especialistas dizem que algumas montadoras estrangeiras com menor presença de fabricação na América do Norte e menos pessoal de pesquisa e desenvolvimento dos EUA podem ter dificuldades para atender aos requisitos de conteúdo mais rigorosos por anos.

O grupo disse que seus membros, que também incluem Honda, Daimler, BMW, Nissan, Kia Motors, Subaru e Volvo, uma unidade da chinesa Geely, respondem por quase 50 por cento da produção de veículos dos EUA.

Bosch compra participação na Cares Power

22/08/2018 – Automotive Business (publicado em 21-08-2018)

Companhia passa a deter 4% do controle acionário após negócio de US\$ 9,8 milhões

A Bosch anunciou na terça-feira, 21, a compra de 4% do controle acionário da Cares Power, empresa britânica focada no desenvolvimento de célula de combustível.

A sistemista investiu US\$ 9,8 milhões para fechar o negócio, que deve contribuir para que a empresa avance na criação da próxima geração da tecnologia.

Com a compra de participação, a Bosch passa a ser uma das 10 maiores acionistas da Cares Power.

Segundo a corporação alemã, as células de combustível serão solução importante para aumentar a eficiência energética do transporte nas grandes cidades nos próximos anos.

Venda de carros eletrificados do Grupo BMW cresce 40% em sete meses

22/08/2018 – Automotive Business (publicado em 21-08-2018)



Detalhe da tampa traseira do BMW i3, com o emblema do compacto premium elétrico

Volume supera as 71,3 mil unidades em todo o mundo

As vendas globais de **carros eletrificados do Grupo BMW** cresceram 40,6% no acumulado de sete meses na comparação com igual período do ano passado, ao superar as 71,3 mil unidades entregues em todo o mundo. O volume inclui as divisões BMW i, BMW iPerformance e Mini Electric.

O resultado foi impulsionado pela versão híbrida plug-in do sedã BMW Série 5 na China, onde as vendas passaram das 8 mil unidades no período.

Também houve aumento em todos os principais mercados, como Estados Unidos e Reino Unido, com entregas 39,5% e 34,3% maiores, respectivamente, sendo 13,8 mil no mercado americano e 9,9 mil no britânico.

Em julho, as marcas elevaram suas vendas em 30,9%, para 10,6 mil veículos.

No Brasil, a BMW i oferece o compacto elétrico i3 e o esportivo híbrido i8 desde 2014. Em junho deste ano **a marca iniciou as vendas de seu renovado i3.**

Também por aqui a empresa investiu R\$ 1 milhão junto com a EDP para a **construção de um corredor para abastecimento de carros elétricos.**

VW vai elevar capacidade de Wolfsburg para 1 milhão de veículos por ano

22/08/2018 – Automotive Business (publicado em 21-08-2018)



Fábrica da VW em Wolfsburg, Alemanha, produzirá a geração oito do Golf Matriz vai fabricar a nova geração do Golf, além do modelo Tarraco, da Seat

A **Volkswagen** aumentará a capacidade produtiva de sua fábrica matriz, em Wolfsburg, na Alemanha, para **1 milhão de unidades por ano**. Em comunicado, a montadora informa que a unidade passará a produzir a nova geração do Golf, ao mesmo tempo em que a produção do modelo deixará de ser feita na planta alemã de Zwickau e também na de Puebla, no México. Além disso, a matriz também produzirá o novo Tarraco, da Seat.

“Estamos planejando aumentar a produtividade em 25% em todas as fábricas da Alemanha até 2020. Mais esforços são necessários na Volkswagen, no futuro, para permanecer competitivo, especialmente após 2020”, afirma em nota o membro do conselho de administração e responsável pela produção e logística da VW, Andreas Tostmann.

Segundo a empresa, o departamento de produção definiu uma nova estratégia para melhorar a eficiência da manufatura, denominada Transform Together, que compreende oito áreas cujas medidas visam reduzir significativamente a complexidade das estruturas de produção, bem como na padronização da produção global da companhia. Os pilares dessa nova estratégia, bem como as áreas e os detalhes de sua concepção serão anunciados em setembro.

“Uma rede de produção competente e líder global é uma das alavancas para a maior valorização do Grupo Volkswagen”, disse Tostmann. “A marca VW fez progressos substanciais nos últimos anos. Estamos no caminho certo. Em uma comparação do setor, somos de médio porte, nós pretendemos recuperar o atraso e nos tornarmos um dos melhores”, concluiu.

Toyota venderá 40 mil Hilux até o fim do ano

22/08/2018 – Automotive Business (publicado em 21-08-2018)



Linha 2019 ajudará a aumentar os emplacamentos em mais de 15%

As vendas da **Toyota Hilux** devem somar 40 mil unidades este ano no Brasil e crescer

mais de 15%. A previsão foi divulgada pela montadora na apresentação da linha 2019, que está chegando à rede de revendas com reajuste médio de 3,6% nas versões flex e de 2,7% com motores a diesel. A mudança mais perceptível ocorreu no desenho dianteiro das versões SR, SRV e SRX, com grade dianteira maior e novos faróis com luzes diurnas.

A picape produzida na Argentina tem ao todo 11 opções a partir de combinações de motor, cabine, acabamento e tração (4x2 e 4x4), com preços sugeridos entre R\$ 111.990 e R\$ 196.990. "A Hilux é a picape média mais vendida, com 32% de participação neste mercado. Este ano a previsão é de 28,2 mil unidades no varejo e outras 11,8 mil em vendas diretas", afirma o gerente de produto Maurílio Pacheco.

A linha 2019 ficou mais equipada e a Toyota absorveu parte do reajuste. A versão topo de linha SRX, com cabine dupla, câmbio automático e tração 4x4, custava R\$ 194.240 na linha 2018 e passaria de R\$ 200 mil com o desenho externo atualizado, interior reformulado, capota marítima, novo painel, faróis com luzes diurnas de LED e outras firulas, mas subiu 1,4% e foi tabelada em R\$ 196.990.

Bondade? Não, concorrência mesmo, já que a Nissan Frontier passou a ser montada também na Argentina (veja [aqui](#)) e se tornará mais competitiva pela proximidade e pelo aumento do número de versões. A opção V6 turbodiesel da Volkswagen Amarok (a picape mais potente à venda no País, com 225 cv) também mexeu com o mercado: "Consideramos sempre o movimento da concorrência", afirma o vice-presidente executivo da Toyota do Brasil, Miguel Fonseca.

No segmento das picapes médias montadas sobre chassi como a Hilux, a segunda mais vendida permanece a Chevrolet S10: "Ela é líder em flex, mas nossa vantagem no diesel é avassaladora e no somatório ficamos à frente", recorda Fonseca. De acordo com o executivo, 85% das Hilux vendidas utilizam motor diesel.

A picape Toyota está fazendo 50 anos e é produzida em seis países. A fabricação argentina começou em 1997. Em todo o mundo foram quase 18 milhões de unidades vendidas em 180 países diferentes. No Brasil foram 454 mil unidades desde sua chegada, em 1992, quando ainda era importada do Japão.



Evolução da espécie: a primeira geração da Hilux, de 1968, em quase nada lembra a atual.

NOVOS EQUIPAMENTOS



O painel com novo quadro de instrumentos da Hilux SRX 2019 e seu câmbio automático de seis marchas

Na linha 2019 a Hilux STD Power Pack ganhou luzes de condução diurna, bancos com revestimento sintético, chave canivete, travamento automático das portas, vidros elétricos com auto down para o motorista, retrovisores externos elétricos, rádio AM/FM

com CD, Bluetooth, entradas auxiliares e comandos de áudio no volante.

A opção SR passa a ter ar-condicionado automático e faróis com luzes de condução diurna por LEDs. Para a SRV houve a inclusão de rodas de liga leve de 18 polegadas (inclusive estepe), sete airbags, chave presencial, maçanetas cromadas, assistente elétrico para descidas, vidros elétricos com auto up-down, luzes de condução diurna por LEDs e retrovisor com escurecimento automático.

Veja abaixo a tabela de preços da Hilux 2019:

Modelo	Versão	Preço público sugerido
Toyota Hilux 2019 Diesel (4X4)	SRX 50th Anniversary AT	R\$ 196.990
	SRV AT	R\$ 179.990
	SR AT	R\$ 160.490
	STD Power Pack MT	R\$ 140.490
	STD Narrow MT	R\$ 138.010
	Cabine Simples MT	R\$ 125.560
	Chassi e Cabine	R\$ 121.530
Toyota Hilux 2019 Flexfuel	SRV 4x4 AT	R\$ 140.990
	SRV 4x2 AT	R\$ 129.990
	SR 4x2 AT	R\$ 117.990
	SR 4x2 MT	R\$ 111.990

McLaren acelera no Brasil mesmo com disparidade de preço e renda

22/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 21-08-2018)

Desde a inauguração da loja, há 4 meses, nove carros foram vendidos

É de uma esquina no badalado e rico bairro de Vila Olímpia, em São Paulo, que a McLaren marca sua posição em solo brasileiro desde o mês de maio. Com uma loja que mais parece uma galeria de arte estão expostos dois superesportivos que a marca britânica comercializa no país, uma 540C, de R\$ 1,6 milhão e uma 570GT, de R\$ 1,9 milhão. Na Inglaterra, considerando o preço básico em libras elas custariam R\$ 625.300 e R\$ 764.000, respectivamente.

A meta é vender 20 carros nos primeiros 12 meses de funcionamento e crescer mais 10% ao ano nos anos seguintes, diz Henry Visconde, dono da Eurobike, que representa a marca britânica no país. Desde a inauguração da loja, há 4 meses, 9 carros já foram vendidos, sendo duas unidades da exclusiva McLaren Senna, de cerca de R\$ 8 milhões cada, e que serão entregues aos clientes somente em 2019.

A entrada da McLaren no Brasil ocorreu por meio de uma associação com a Eurobike, que atua na venda de outras marcas premium de automóveis, como Audi, Porsche, BMW, Mini, Jaguar e Land Rover. As conversas começaram em 2014, um pouco antes do agravamento da crise econômica que levou o país a dois anos seguidos de recessão, lembra Visconde.

“Sempre quisemos uma operação de carros superesportivos” e para a McLaren “estar fora do Brasil seria um crime, além da ligação muito forte com a família Senna, e não teria sentido não estar no país do cara que mais deu títulos a eles”, diz Visconde referindo-se ao ex-piloto tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna, morto em 1994.

“O Brasil é um mercado importante para a McLaren em termos de seu potencial de mercado e também por nossa história com Ayrton Senna e nosso relacionamento com Bruno Senna, a família Senna e o Instituto Ayrton Senna”, diz McLaren por meio de sua assessoria de imprensa.

“Estimamos que o Brasil tenha um potencial semelhante ao do México no médio prazo”. Na América Latina, a marca também possui operações comerciais no Chile e no México.

A McLaren Automotive, lançada em 2010, é uma divisão do McLaren Group. Todos os veículos da marca são montados à mão em Woking, na Inglaterra, e vendidos em 31 países. O plano de negócios da empresa prevê investir 1,2 bilhão de libras esterlinas (US\$ 1,52 bilhão) em pesquisa e desenvolvimento para entregar 18 novos carros ou derivados até o final de 2025.

Somente a loja em São Paulo recebeu R\$ 4 milhões em investimentos, segundo o plano de negócios elaborado em conjunto com o grupo britânico, conta Visconde, acrescentando que a previsão é de que a operação seja "praticamente deficitária" nos primeiros três anos por conta dos investimentos iniciais. Outra parte dos recursos será aplicada em promoção, marketing, eventos e mídia online: R\$ 1,2 milhão por ano. "É uma empresa de volume baixo, que faz 3.500 carros por ano, então se o Brasil vender 30 carros é um belo número", disse Visconde.

Visconde explica que esse segmento de público é restrito, "mas é um público fiel". "O problema no Brasil é muito mais motivacional do que de recursos para esse tipo de classe de consumo", explica o executivo.

"Motivacional é o cara estar feliz com o negócio dele, com a situação dele, ou aquele que não tem negócios, mas tem rendimento. Esse tipo de cliente continua tendo recursos, mas ele tem que estar muito animado e perceber que o preço, mesmo sendo alto, é justo", conta Visconde.

De acordo com o executivo, a instabilidade do país aliada à volatilidade cambial tem feito alguns clientes segurarem a compra esperando o câmbio baixar. Para ele, o fator cambial afeta em 100% o negócio porque os carros são importados em libras esterlinas. "O primeiro carro que trouxemos, 570 Coupê estava à venda por R\$ 1,7 milhão. Hoje, cerca de 4 meses depois, para montar o mesmo carro, custa quase R\$ 2 milhões".

O principal desafio para se atuar no segmento da Eurobike é o custo Brasil, a dificuldade de se fazer negócio no país. "É muito complexo e não precisaria ser", explica Visconde, acrescentando que "entramos nesse negócio sabendo as regras do jogo, então não adianta ficar reclamando, tenho que tentar ajudar a melhorar".

Sobre a disparidade de preços e o que ela representa em termos de distribuição de renda no Brasil, que tem salário mínimo de R\$ 954 (US\$ 243) -o valor de uma 540C equivale a 45 Renault Kwid, veículo mais barato produzido no país-, Visconde diz que "tudo o que é ganho com trabalho e esforço tem que ser valorizado" e "não se pode ter vergonha das pessoas que mereceram ter aquele carro", mas admite que "é uma situação de disparidade social triste". "Realmente dói, porque eu podia estar vendendo muito mais carros se eu tivesse um país mais justo. Quanto mais você cresce, mais você tem chance de vencer".

Correção: Ambev terá 1,6 mil caminhões elétricos na distribuição de bebidas

22/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 21-08-2018)

A nota enviada anteriormente contém incorreções no título e no texto. A Ambev não comprou o total de 1,6 mil caminhões elétricos da Volkswagen Caminhões e Ônibus. Diferente do informado, os veículos serão adquiridos pelas empresas que atendem a cervejaria. Segue o texto corrigido.

A Volkswagen Caminhões e Ônibus anunciou, na segunda-feira, 20, que a Ambev terá 1,6 mil caminhões elétricos na frota de distribuição das bebidas produzidas pela marca. Os veículos serão produzidos na fábrica de Resende (RJ) e entregues até 2023. Com isso, 35% dos veículos de distribuidores que prestam serviços para a cervejaria serão movidos a energia limpa.

Dona das marcas Skol, Brahma e Antarctica, a Ambev receberá a primeira unidade do e-Delivery, voltado a entregas urbanas, nos próximos meses. Por enquanto é um veículo de teste, que poderá receber alterações até o início da produção em escala, prevista para 2020.

Segundo Roberto Cortes, presidente da MAN Latin America, fabricante dos veículos pesados da Volkswagen, esse é primeiro caminhão leve 100% elétrico feito na América Latina. O veículo foi desenvolvido no Brasil, utilizando soluções mundiais. O projeto foi contemplado no investimento de R\$ 1 bilhão que o grupo tem programado para o período de 2016 a 2021.

O executivo diz que o preço do produto não está definido, mas, inicialmente, será muito acima de um modelo a diesel, pois só a bateria, importada da China, chega a ter preço equivalente ao de um caminhão a diesel. "Com o aumento da produção, os custos certamente vão baixar", diz Cortes, que já tem vários fornecedores locais de outros componentes. Ele acredita que, ao longo dos próximos anos, alguma empresa deva iniciar a produção de baterias localmente.

Para a Ambev, o uso em suas operações de caminhões elétricos, que não emitem poluentes e são silenciosos, fazem parte do seu compromisso de reduzir em 25% a emissão de carbono em toda sua cadeia de valor (logística e produção) nos próximos cinco anos.

"Temos certeza de que esse projeto contribuirá muito para a construção do legado sustentável que queremos deixar para as próximas gerações", diz Guilherme Gaia, diretor de logística e suprimentos da Ambev.

A empresa atualmente é atendida por frota de 4,8 mil caminhões, que vão sendo renovados gradualmente. Para abastecer os veículos elétricos, promete usar apenas energia adquirida de fontes limpas, como eólica e solar.

O grupo também vai instalar painéis de geração de energia solar em seus centros de distribuição para abastecer os veículos. O caminhão tem autonomia para rodar até 200 km com a bateria carregada.

Coleta de lixo

Na segunda-feira, 20, a Corpus Saneamento e Obras, de Indaiatuba (SP), também disse que recebeu seis caminhões elétricos importados da fabricante chinesa BYD – os primeiros de um total de 200 que serão incorporados à frota usada na coleta e transporte de resíduos. Até dezembro chegarão mais 15 unidades. Outras 60 serão entregues em 2019, e as demais nos quatro anos seguintes.

Para entrar no Brasil, os veículos pagam 35% de imposto de importação e são isentos de IPI. A alíquota de ICMS é de 18%, enquanto o caminhão a diesel paga 12%. A filial da BYD estuda nacionalizar a produção em sua fábrica em Campinas (SP), onde já monta ônibus elétricos.

Mais caro

Um caminhão elétrico pode custar cerca de três vezes mais que um a diesel, valor que diminuirá com aumento de demanda. Parte do custo é compensada pelo menor gasto em manutenção, estimado em 40%. O elétrico tem 3,5 mil peças, e o a diesel tem 5 mil. O preço da energia também é inferior ao do diesel.

Siderúrgicas vão ao STF contra corte da alíquota do Reintegra

22/08/2018 – DCI

Como uma das medidas para ajudar a encontrar recursos para bancar subsídios ao diesel, o governo Michel Temer reduziu a alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%

O setor siderúrgico brasileiro deve ingressar nos próximos 10 dias no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para rever a redução na alíquota do programa de incentivo à exportação Reintegra, adotada após a greve dos caminhoneiros.



"Estamos judicializando para o Reintegra voltar aos 2 por cento pelo menos", disse o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, a jornalistas durante o Congresso Aço Brasil.

Como uma das medidas para ajudar a encontrar recursos para bancar subsídios ao diesel, o governo Michel Temer reduziu a alíquota do Reintegra de 2 para 0,1 por cento. O programa permite aos exportadores obter créditos gerados por resíduos tributários ao longo da cadeia produtiva.

O setor afirma que o Reintegra, em vez de ter sido reduzido neste ano, deveria ter sido elevado para 3 por cento.

"Qualquer que seja o próximo governo, a primeira prioridade necessariamente é priorizar a indústria, para que o Brasil possa ter crescimento sustentável", disse Lopes.

O IABr afirmou pela primeira vez que abriria processo para revisão do Reintegra no início de junho, pouco após o governo divulgar as medidas, que incluíram tabela de frete mínimo rodoviário obrigatória, para aplacar a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país no final de maio.

Lopes também afirmou que espera que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decida ainda no governo de Michel Temer retomar sobretaxas sobre importações de aço da China.

Em maio, a Camex aprovou aplicação de medidas compensatórias sobre importações de aços planos da China, mas suspendeu a entrada em vigor dessas ações.

Em janeiro, a Camex também já havia decidido não aplicar imediatamente medidas antidumping contra a importação de aços laminados a quente de quatro grupos siderúrgicos da China e um da Rússia.

Presente ao congresso nesta terça, Temer disse em breve discurso que conhece "as dificuldades e a preocupação com o protecionismo contra a nossa indústria" e que "temos que proteger a nossa indústria". Ele não deu detalhes e saiu sem falar com jornalistas.

Sobre a escalada do dólar, que superou 4 reais nesta terça-feira, o presidente do conselho do IABr e presidente-executivo da Usiminas, Sergio Leite, disse que se por um lado a desvalorização do real ajuda exportações, por outro "aumenta o custo de matéria-prima como minério de ferro e carvão para nós".

"O importante é termos estabilidade do câmbio...O ideal para nós seria o dólar entre 3,50 e 3,70 reais", disse Leite.

IABr questionará redução do Reintegra no STF, diz Lopes

22/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 21-08-2018)

As siderúrgicas brasileiras estão levando à Justiça a redução da alíquota do reintegra de 2% para 0,1%, medida tomada pelo governo após a greve dos caminhoneiros. O Instituto Aço Brasil (IABr), inclusive, questionará o Supremo Tribunal Federal (STF), o que deverá ocorrer dentro de dez dias, destacou o presidente executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes, em coletiva de imprensa.

O Reintegra é um benefício fiscal instituído para repor ao exportador os resíduos fiscais da cadeia produtiva absorvidos no preço das mercadorias e bens com destino ao exterior.

O presidente do conselho diretor do IABr, Sergio Leite, que assumiu nesta terça-feira, 21, o posto, disse que outro efeito para o setor depois da greve dos caminhoneiros em maio é o frete. O tabelamento do frete, lembrou, já está no STF e a expectativa do setor é de que ela seja considerada como inconstitucional. “Esse tabelamento é muito danoso para toda a indústria”, afirmou.

IABr espera retirada de suspensão de medidas antidumping no setor de aço

22/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 21-08-2018)

O Instituto Aço Brasil (IABr) disse que espera que seja retirada ainda neste ano a suspensão de medidas antidumping contra a importação de aço laminado vindo da China e Rússia. “Esperamos que prevaleça o bom senso”, disse o presidente executivo do Instituto, Marco Polo de Mello Lopes.

A indústria do aço vem criticando o governo da abertura comercial do País em um momento em que o restante dos países vem tomando medidas protecionistas, na esteira da invocação da medida 232 pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que sobretaxou ou impôs cotas à importação de aço pelo País.

O presidente da República, Michel Temer, fez na manhã desta terça-feira, 21, discurso no Congresso Aço Brasil e disse que é preciso proteger a indústria nacional. “Sei dessa preocupação com o protecionismo e reafirmo que temos que proteger nossa indústria”, disse.

Mello Lopes, do IABr, afirmou que a principal reivindicação do setor para o próximo governo é de que a indústria volte a ser priorizada. “Nossa reivindicação é que a indústria passe a ocupar um lugar de importância e prioridade”, disse.

No início deste ano a Câmara de Comércio Exterior (Camex) anunciou a aprovação das medidas compensatórias, na forma de taxas adicionais por um período de até cinco anos, mas, ao mesmo tempo, suspendeu a aplicação de qualquer punição, por “interesse público”.

Siderurgia deposita esperanças em petróleo e infraestrutura no pós-crise

22/08/2018 – DCI

Em meio ao excesso de oferta do metal no mundo, empresas devem se voltar ao mercado interno e esperam que obras destravem a demanda; setor confirmou ida ao STF sobre o novo Reintegra.

Com o excesso de aço no mundo, a indústria brasileira se agarra à esperança de que os projetos de infraestrutura saiam do papel nos próximos anos para voltar a crescer ao menos nos níveis pré-crise.

De acordo com o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, a siderurgia nacional não tem como operar no mercado externo diante de uma oferta tão grande da commodity e da perspectiva de crescimento econômico global baixo na próxima década.



“A demanda do mundo está crescendo pouco, então temos que olhar para dentro. É vital que consigamos estimular o mercado interno e a ferramenta para isso é a infraestrutura”, afirma.

O novo presidente do Conselho Diretor do Aço Brasil, Sérgio Leite, diz que a expectativa do setor para obras de infraestrutura é positiva, visto que são investimentos considerados prioritários para o setor produtivo, mas que sofreram um rigoroso processo de deterioração.

“O custo de transportar o produto que sai das usinas de São Paulo para o Nordeste é maior que o de trazer da China para essa região”, avalia.

Um estudo realizado pela e8 para o IABr analisando 54 obras do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, em fase de projeto ou anteriores – desconsiderando os que já estão em andamento –, mostrou que os mais importantes para a indústria siderúrgica são aqueles no setor de óleo e gás.

São cerca de R\$ 20,9 bilhões em investimentos previstos para este ramo, com um consumo de aço esperado de 7,9 milhões de toneladas do início ao fim das obras. As ferrovias ficam em segundo lugar neste quesito, diante de R\$ 16,6 bilhões em aportes e um consumo de aço previsto de 384,8 mil toneladas.

A coordenadora do estudo, Eliana Taniguti, conta que se os sistemas previstos no PPI de óleo e gás, ferrovias, rodovias, aeroportos e portos forem construídos em aço, serão consumidas 8,4 milhões de toneladas do metal. “Com certeza haveria um impacto relevante, porque quando uma obra de infraestrutura mais extensa é realizada o setor já sente na hora”, explica a especialista.

Para ela, o grande impedimento para uma realização mais célere desses investimentos é a operacionalização, em um momento de economia desaquecida. “É difícil destravar essas obras. Tem que melhorar e investir, mas a estruturação do programa, a mecânica de aprovação do projeto e a falta de confiança do empresário precisam ser superados.”

Sérgio Leite entende que em um primeiro momento, os investimentos em infraestrutura terão que ser feitos pelo capital internacional. “Até que a administração pública volte a investir e, posteriormente, a iniciativa privada nacional tenha mais condições de atuar, dependemos dos estrangeiros.”

Reintegra

Em conversa com jornalistas durante o Congresso Aço Brasil, realizado nesta terça-feira (21), os executivos falaram sobre resistir às mudanças no programa de incentivos à exportação, o Reintegra, após a greve dos caminhoneiros.

Mello Lopes confirmou que a medida do governo será judicializada e que, nos próximos dez dias, o setor deve entrar com uma ação sobre o tema, que se somará aos processos que vêm sendo ajuizados pelas empresas individualmente.

Para atender às reivindicações dos manifestantes e fazer o desconto de R\$ 0,46 no diesel, o Planalto reduziu de 2% para 0,1% a alíquota do benefício, que “devolve” às companhias exportadoras uma parte do valor das vendas de produtos industrializados via créditos do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O presidente da República, Michel Temer, compareceu ao evento e exaltou as reformas econômicas de seu governo e ignorou as críticas do setor siderúrgico à condução do comércio exterior de aço pelo Ministério da Fazenda.

Ainda ontem, o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) publicou os dados comerciais do setor em julho. As compras somaram 284,4 mil toneladas, registrando alta de 21,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Já as vendas de aços planos tiveram acréscimo de 4,1% na base anual, chegando ao patamar de 276 mil toneladas.

As importações, por sua vez, recuaram 5,5% sobre julho de 2017, chegando a 111,4 mil toneladas, e os estoques de aço mostraram alta de 0,9%, até 919 mil toneladas.

Worldsteel: atual capacidade mundial deve comportar demanda no mínimo até 2035

22/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 21-08-2018)

A atual capacidade mundial do aço é capaz de suportar o crescimento da demanda projetada até, no mínimo, 2035, disse nesta terça-feira, 21, a diretora de Estudos Econômicos e Estatística da Associação Mundial do Aço (Worldsteel), Nae Hee Han, em apresentação no Congresso Aço Brasil. Hoje o excesso de capacidade global da indústria siderúrgica é da ordem de 545 milhões de toneladas, cerca de 25% da capacidade total.

Nae disse ainda que existe uma divergência entre a demanda de aço e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2019 a projeção da entidade é de que a demanda mundial do aço alcance 1,627 bilhão de toneladas, aumento de 0,7% em relação a este ano.

A diretora da entidade diz ainda que houve uma mudança da dinâmica mundial e uma desindustrialização prematura em algumas regiões. A dificuldade a ser enfrentada, assim, é que a indústria precisa se adaptar a um cenário de baixo crescimento do consumo de aço no longo prazo.

O economista chefe para Asia do BBVA Research, Le Xia, disse que, na China, onde está cerca da metade do excesso de capacidade mundial, as siderúrgicas não são rentáveis e a sobrecapacidade é explicada por estímulos dados ao setor, por exemplo, mas também pela falta de barreira técnica de entrada e excesso de investimentos, levando a um número grande de siderúrgicas operando no país.

Segundo ele, a China tem lançado medidas para reduzir o excesso de capacidade, tendo como pano de fundo, em especial, as restrições relacionadas às políticas ambientais.

Venda de aços planos por distribuidores cai 10,2% em julho ante junho, diz Inda

22/08/2018 – DCI (publicado em 21-08-2018)

As vendas de aços planos por distribuidores do Brasil caíram 10,2 por cento em julho na comparação com junho, para 276 mil toneladas, informou a associação que representa o setor, Inda.

Na comparação com julho do ano passado, as vendas subiram 4,1 por cento. Com o resultado, os estoques dos distribuidores fecharam julho em 919 mil toneladas, alta de 0,9 por cento no comparativo mensal e equivalente a 3,3 meses de vendas.

O desempenho fez a entidade estimar um crescimento de cerca de 5 por cento nas vendas de agosto ante o mês passado.

O setor registrou queda de 12,7 por cento nas importações de aço em julho na comparação com junho, a 111,4 mil toneladas. Frente a julho do ano passado, as compras de material importado caíram 5,5 por cento.

Gerdau: única saída para indústria siderúrgica ampliar capacidade é exportação

22/08/2018 – DCI (publicado em 21-08-2018)

A única saída para a indústria siderúrgica brasileira conseguir ampliar a utilização de sua capacidade produtiva no curto prazo é via exportação, disse o presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, que faz apresentação no Congresso Aço Brasil.

Ele destacou que atualmente 40% dos volumes da Gerdau produzidos no Brasil são destinados ao mercado externo. Na média, as usinas brasileiras operam com 68% de sua capacidade produtiva, nível considerado pouco eficiente.

Segundo ele, a indústria siderúrgica brasileira não precisa ter subsídios ou qualquer outro tipo de benefício, mas sim de isonomia competitiva e condições justas e igualitárias para competir no mercado global, disse.

"Temos condição de competir de igual para igual com qualquer produto de aço no mundo", afirmou. Um dos principais problemas envoltos sobre o setor é a questão tributária. O executivo criticou, por exemplo, a redução da alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%, que ocorreu após a greve dos caminhoneiros.